

A Gênese do Exército Bizantino

Gustavo
Gonçalves

O *Stratēgikón* de Maurício
(284-602)



Palimage

Os Ilustrados e os Palácios

Título: *A Génesis do Exército Bizantino*
O Stratēgikón de Maurício (284-602)
Autor: Gustavo Gonçalves
Capa: Mafalda Maia
© 2020 Terra Ocre – edições e Gustavo
Gonçalves Direitos reservados por Terra Ocre,
Lda. Apartado 10032
3031-601 Coimbra
palimage@palimage.pt
www.palimage.pt
Data de edição: Abril 2020
Edição impressa – ISBN: 978-989-703-251-6
Depósito Legal: 469153/20
Impressão: Líberis
Edição eletrónica – ISBN: 978-989-703-252-3



Palimage é uma marca editorial da Terra Ocre – edições

Índice

Lista de Abreviaturas.....	9
Prefácio.....	11
Introdução	19
Das Fontes	31
Parte I A Génese do Exército Bizantino	45
Diocleciano e Constantino Da defesa do Império à “barbarização” do Exército (284-337).....	47
O Exército Romano do Século IV Prelúdio das Invasões Bárbaras (337-378)	55
Da Divisão Definitiva do Império à Queda do Ocidente Romano (379-490)	65
A Génese de um novo modelo militar A <i>Renovatio Imperii</i> de Justiniano (491-565).....	73
O Império nos Finais da Antiguidade Tardia A Dinastia Justiniana (566-602).....	87
Parte II O <i>Stratēgikón</i> de Maurício (I) Aspetos Formais	99
A datação do <i>Stratēgikón</i>	101
A autoria do <i>Stratēgikón</i>	107
A transmissão do <i>Stratēgikón</i>	111
A influência clássica	115

Parte III O *Stratēgikón* de Maurício (II) Análise e Comparação

Crítica 121

Livro I: Introdução 123

Livro II: Formações de combate da cavalaria..... 131

Livro III: Formações do *tagma* 137

Livro IV: Emboscadas..... 143

Livro V: Carriagem..... 151

Livro VI: Várias táticas e exercícios 157

Livro VII: Estratégia. Os pontos que o general deve considerar 161

Livro VIII: Instruções Gerais e Máximas..... 167

Livro IX: Ataques de surpresa 171

Livro X: Cercos 177

Livro XI: Características e táticas dos vários povos 183

Livro XII: Formações mistas, infantaria, acampamentos e caça 189

Conclusão 203

Anexos 209

Bibliografia..... 269

Lista de Abreviaturas

Ael.	Eliano, <i>Sobre a Estratégia Militar dos Gregos</i>
Aen.	Eneias, <i>o Tático, Sobre a defesa de Posições Fortificadas</i>
Aescl.	Asclepiódoto, <i>Teoria Tática</i>
Agath.	Agátias de Mirena, <i>Histórias</i>
Amm. Marc.	Amiano Marcelino, <i>Histórias</i>
Arr.	Arriano, (<i>Ars. Tact.</i> = <i>Ars Tactica</i> ; <i>Ekt.</i> = <i>Ordem de Marcha e Batalha contra os Alanos</i>)
<i>Cod. Th.</i>	<i>Código Teodosiano</i>
Epit.	Urbício, <i>Epitedeuma</i>
Euseb.	Eusébio de Cesareia (<i>Vit. Const</i> = <i>Vida de Constantino</i>)
Evagr.	Evágrio, <i>o Escolástico, História Eslesiástica</i>
Front.	Frontino, <i>Estratagemas</i>
Hyd.	Hidácio de Chaves, <i>Crónica</i>
Isid. Sev.	Isidoro de Sevilha, <i>História dos Godos, dos Vândalos e dos Suevos</i>
Jord.	Jordanes, (<i>Get.</i> = <i>Origens e Feitos dos Godos</i>)

Lactant.	Lactância (<i>De. mort. pers = Sobre a morte dos perseguidores</i>)
Lydus.	João Lídio (<i>Mens. = Sobre os Meses</i>)
Mal.	João Malalas, <i>Cronografia</i>
Men.	Menandro <i>Protector, Histórias</i>
<i>Mun. Castr.</i>	Pseudo-Higino Gromático, <i>De Munitionibus Castrorum</i>
<i>Not. Dig.</i>	<i>Notitia Dignitatum</i>
Ona.	Onasandro, <i>O General</i>
Oros.	Paulo Orósio, <i>Histórias Contra os Pagãos</i>
Paul. Diac.	Paulo, o Diácono, <i>História dos Lombardos</i>
<i>Peri Strat.</i>	Siriano Magister, <i>Peri Strategikes</i>
Polyaen.	Polieno, <i>Estratagemas</i>
Procop.	Procópio de Cesareia (<i>Pers. = Guerra Pérsica; Vând. = Guerra Vândala; Goth. = Guerra Gótica; Anek. = História Secreta</i>)
<i>Strat.</i>	Maurício, <i>Stratēgikón</i>
<i>Takt.</i>	Leão VI, <i>Taktiká</i>
Th. Sim.	Teófilo Simocatta, <i>História</i>
Veg.	Vegécio, <i>Epitoma rei militaris</i>
Zos.	Zósimo, <i>Nova História</i>

Prefácio

O livro que o leitor acaba de abrir configura um caso raro na historiografia portuguesa, pois contam-se pelos dedos de uma só mão os trabalhos de fôlego dedicados ao Império Romano do Oriente, vulgarmente conhecido como «Império Bizantino». Se, por um lado, não é difícil compreender esta circunstância, tendo em conta a posição geográfica de Portugal e a nossa tradição científica, por outro, temos de reconhecer que tamanha ignorância constitui um enorme empobrecimento para a nossa cultura e um forte *handicap* à nossa capacidade de compreender a história europeia dos séculos IV a XV, senão mesmo o mundo em que nos coube nascer.

Na verdade, viajar pelo Império Bizantino permite seguir o arranque da expansão muçulmana, identificar momentos cruciais da história e do percurso das primitivas igrejas cristãs (designadamente na época dos «sete concílios ecuménicos», entre 325 e 789), identificar o código genético da Igreja Ortodoxa, assistir ao nascimento dos alfabetos glagolítico e cirílico, detetar o nascimento e as causas profundas dos nacionalismos balcânicos da nossa era, conhecer os contornos da criação do primeiro Estado russo, acompanhar a exótica aventura do

pequeno reino cristão da Arménia ciliciana (entre 1073 e 1375) e recordar as sangrentas campanhas dos Mongóis de Gengis Khan ou de Tamerlão na Ásia Menor (nos séculos XII a XIV), para além de permitir uma muito mais lúcida compreensão do polifacetado e doloroso fenómeno das Cruzadas do Ocidente cristão na Síria-Palestina (a chamada «Terra Santa»).

Este imenso alargamento de horizontes proporcionado pelo conhecimento aprofundado da peculiar história bizantina evita que nós deixemos cair no esquecimento, a partir de finais do século V, toda a metade oriental do mais vasto e duradouro império que o mundo ocidental já conheceu: o Império Romano, assente numa organização prodigiosa, que lhe permitiu sustentar uma máquina militar de uma eficácia que a Europa não voltaria a igualar antes de meados do século XV.

Todavia, Bizâncio escreveu a sua própria história, e aquilo que se construiu entre o leste de Sirmio (no norte da atual Sérvia) e o mundo persa sassânida (junto ao berço mesopotâmico da nossa civilização) tem uma marca inconfundível e apaixonante para qualquer leitor que goste minimamente de História e que esteja ávido de conhecer novos temas. É que, mau grado a sua origem profundamente «romana» (os Turcos Seljúcidas até conservaram a designação «Sultanato de *Rum*»), o Império Bizantino, cuja existência *de jure* prefiro situar entre os séculos V e XV d.C., foi um império de língua grega (em especial a partir do século VII), de cristandade ortodoxa (após a cisão de 1054 com a Igreja Católica de Roma) e, do ponto de vista político, foi um mundo em que

floresceu uma tradição encenada e sumptuosa de exercício do poder que não encontra paralelo algum na longa história do Ocidente europeu.

Além disso, convém lembrar que, graças sobretudo ao seu imperador mais carismático (Justiniano, que governou a partir de Constantinopla, a atual Istambul, entre 527 e 565), o Império Bizantino promoveu a conquista de muitos territórios na metade ocidental do velho Império Romano: primeiro, no Norte de África, em detrimento dos Vândalos; depois, em toda a Península Itálica, que permaneceria em mãos bizantinas durante mais de dois séculos (até 751), com a sua capital instalada em Ravena; por fim, numa zona não despidianda do sudeste da Península Ibérica, situada *grosso modo* entre Cartagena e Córdova.

Portanto, é um erro crasso ignorar a milenar história bizantina, que tanto influenciou a de territórios mediterrânicos que nos são próximos. Acrescente-se que Justiniano foi um legislador torrencial, a ele estando intimamente associada a produção do célebre *Corpus Iuris Civilis* (que incluía o *Codex Iustinianus*, as *Instituciones*, a compilação do *Digesto* ou *Pandectas* e as leis novas, ou *Novelle*), ainda hoje objeto de estudo nas melhores faculdades de Direito europeias. A Justiniano – o «imperador insone» – se deve ainda a reconstrução de um dos mais belos e arrojados monumentos que se podem visitar na Europa moderna: a Igreja de *Hagia Sophia* (Santa Sofia), semidestruída durante a terrível revolta de «Níka» (que devastou Constantinopla em 532), sendo reerguida cinco anos mais tarde, com renovado esplendor e raro arrojado técnico, pelos arquitetos Antémio de Trales e Isidoro de Mileto.

Bizâncio é, assim, tema de múltiplos encantos, e pode bem dizer-se que nenhum historiador se cansa de estudar a sua história e civilização.

Por aqui desfilam povos e culturas variadas: os Árabes, os Eslavos, os Sérvios, os Búlgaros, os Húngaros, os Persas, os Russos, os Lombardos ou os Francos, assim como as poderosas cidades comerciais de Génova e de Veneza (em especial a partir do século XI), para além dos Cruzados e dos Arménios, a que já fiz referência. As idiossincrasias bizantinas (e não meras «bizantinices») são múltiplas, desde a esfera militar (com um exército bem mais profissionalizado do que aqueles que o Ocidente conheceu entre os séculos V e XV, e com uma arma naval cuja receita ninguém mais dominava: o «fogo grego») à esfera política, que só perdeu fulgor e deixou cair o lema do ‘isolacionismo’ quando o império entrou em risco de falência (a partir do século XIII); isto sem esquecer a esfera económica (veja-se o caso do cultivo dos bichos da seda, que permitiu a construção de uma poderosa indústria que o Ocidente tanto invejou), nem tão-pouco a esfera cultural, com artistas que conceberam mosaicos tão deslumbrantes quanto os que podemos admirar em Ravena, com monges tão influentes na política coeva (ainda que, aqui, não organizados em ordens religiosas), ou com compiladores tão esforçados quanto Fócio, o patriarca de Constantinopla que, no século IX, resumiu na sua «Biblioteca» 280 obras religiosas e profanas, quer clássicas, quer de matriz bizantina!

O livro de Gustavo Gonçalves está centrado no século VI bizantino, e ainda bem. Trata-se de uma época fascinante, que conserva o sabor da transição entre a Antiguidade e a Idade Média, e onde conseguimos identificar, simultaneamente, a herança do mundo clássico e os sinais inconfundíveis de amanhecimento do mundo medieval. O tema deste livro é de natureza político-militar e centra-se num escrito associado a

uma figura de certo modo trágica da história de Bizâncio: o imperador Maurício Tibério (582-602), o último *basileús* da chamada ‘dinastia justiniana’, promotor de importantes reformas militares ao longo do seu principado de duas décadas e possível autor (ou inspirador) de uma obra interessantíssima para compreender as especificidades da máquina militar bizantina, relativamente ao modelo clássico romano: o tratado *Strategikon*, fruto mais do que provável da cultura guerreira dos círculos imperiais de Constantinopla na última década do século VI.

A análise desta obra configura o objeto teórico do livro que temos o gosto de prefaciar. Não se tratou de uma investigação fácil, não apenas devido à extrema escassez de bibliografia em língua portuguesa sobre estes temas, mas também por causa das dúvidas que se colocam acerca da autoria, datação e transmissão do *Strategikon* ao longo dos séculos. Gustavo Gonçalves, porém, lidou muito bem com essas dificuldades e, depois de nos oferecer um enquadramento histórico-militar sucinto mas muito claro da época do *basileús* Maurício, analisa aprofundadamente o tratado, sem deixar de lado nenhum aspeto relevante. Uma das virtudes principais deste estudo consiste na sua capacidade para comparar de forma pertinente e original a obra atribuída a Maurício com o célebre tratado *Epitoma rei militaris*, compilado na metade ocidental do Império Romano, por volta do ano 400, por um alto dignitário imperial (provavelmente cristão e de origem hispânica) chamado Públio Flávio Vegécio Renato. Um cotejo tão fino permitiu a Gustavo Gonçalves identificar as linhas de continuidade e de rotura entre a tradição militar clássica (a do tempo áureo das legiões romanas) e a ciência marcial da época em que Maurício Tibério governou Bizâncio. Cito apenas, por ser

particularmente flagrante, o exemplo do tratamento diferenciado que os dois autores (Vegécio e Maurício) dispensam às formações de cavalaria, uma ‘arma’ absolutamente secundária nas legiões romanas da República e do Alto Império (dos 5240 homens de uma legião ‘clássica’, apenas 120 eram cavaleiros!), mas crucial no mundo que tocou a Maurício governar, menos de duas décadas após o decesso do mais carismático *basileús* bizantino.

Neste ponto, convém recordar que foi Maurício Tibério quem fundou, logo em 584, o exarcado bizantino de Itália (ou de Ravena), com um modelo administrativo semelhante ao do exarcado de África, ou seja, com base na militarização do território e com supremacia do poder militar sobre as autoridades políticas: devido às conquistas itálicas dos Lombardos, o ambiente em Itália era de guerra permanente, lembrando em parte aquilo que acontecerá mais tarde na Península Ibérica medieval, com o regime das “frontarias”. Como já deixei entender, o exarcado de Ravena provou ser um modelo razoavelmente eficaz, e graças a isso duraria até 751, estimando-se que, ao longo desse século e meio (de 584 a 751), tenha sido liderado por cerca de 24 titulares.

Um último aspeto que me apraz frisar tem que ver com o investimento do autor na produção de um valioso conjunto de materiais de apoio colocados no final da obra, o que permite uma leitura muito mais estimulante e ‘orientada’ deste livro, enfatizando o seu carácter profundamente didático. Graças a isso também, podemos dizer sem esforço que esta é uma obra não apenas para especialistas, mas também para um público mais amplo, de todas as idades e formações, que tem

como denominador comum o gosto pela História e a curiosidade suficiente para querer saber mais acerca de um dos mais esplendorosos impérios que o nosso mundo conheceu.

Resta explicar por que razão classifiquei há pouco Maurício como «uma figura de certo modo trágica». Na verdade, o Império Bizantino foi governado por 15 dinastias, num total de cerca de 80 imperadores, se contarmos desde Zenão (o primeiro a governar Bizâncio após a queda da parte ocidental do império, em 476) e até Constantino XI «Paleólogo» (que ocupava o trono cor de púrpura a 29 de maio de 1453, o dia em que os Turcos Otomanos tomaram de assalto a cidade que Constantino refundara em 330). Ora, destas oito dezenas de *basileús*, cerca de 40% foram depostos e, destes, pelo menos uma dezena e meia foram assassinados. Maurício foi um dos que teve um final mais deplorável: em 602, numa fase particularmente desgastante da guerra em várias frentes, foi vítima de uma revolta dos soldados quando decidiu reduzir os seus salários e estabelecer acampamentos de inverno numa região muito perigosa, a norte do Danúbio; a tensão interna cresceu e Maurício viu um oficial da armada danubiana, chamado Focas, ser proclamado imperador pelos soldados. O *basileús* tentou escapar para Constantinopla (um reduto fortificado poderosíssimo), com o tesouro imperial e a família; porém, foi apanhado na fuga e cruelmente executado, juntamente com os seus quatro filhos...

Embora situado ‘do lado errado da estatística’ dos imperadores bizantinos, Maurício deixou o seu nome para sempre gravado nos anais da história militar tardo-antiga europeia. Devemos ao Mestre Gustavo Gonçalves (que atualmente prossegue os seus estudos sobre esta época

fascinante, no âmbito de um projeto de doutoramento na Faculdade de Letras de Lisboa, sob a orientação dos Doutores Nuno Simões Rodrigues e José Varandas) o contributo inestimável de ter resgatado para os leitores portugueses a figura de Maurício Tibério e, sobretudo, de lhes dar a conhecer a notável obra a que ele surge geralmente associado – o *Strategikon*, um dos mais valiosos tratados militares que a mão humana redigiu, pelo menos no que aos mundos antigo e medieval diz respeito. Tenho todo o gosto em recomendar vivamente a leitura desta obra, bem informada, cientificamente irrepreensível, bem organizada e redigida de forma muito agradável, convidando o leitor a saboreá-la e a aprender tudo o que ela nos ensina. Do mesmo modo, saúdo a editora Palimage, na pessoa do seu principal responsável, o Dr. Jorge Fragoso, por abrir o seu catálogo a jovens autores e a temas pouco convencionais, mas absolutamente decisivos para compreendermos, não apenas a história de antanho, mas também o καιρός em que nos foi dada a oportunidade de viver.

João Gouveia Monteiro

(Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Presidente da Associação Ibérica de História Militar, séculos IV-XVI)

Introdução

A obra que aqui se apresenta é o resultado da dissertação de mestrado que, com o mesmo nome, foi apresentada a provas à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no âmbito do Mestrado Interuniversitário em História Militar, em 2018. Os seus principais objetos de estudo consubstanciam-se na análise às diversas transmutações da orgânica e funcionamento da máquina militar romana no decurso da Antiguidade Tardia, a par da alteração e mudança de paradigmas políticos que, intimamente, se encontram correlacionados. Quanto ao seu derradeiro objetivo de investigação, este corporiza-se no estudo e análise de uma das principais obras militares do período coevo, o *Stratēgikón*, um manual da arte da guerra, cuja autoria é, comumente, atribuída ao imperador romano-bizantino Maurício (582-602).

A génese do Império Bizantino foi marcada pela constante beligerância que, entre os finais do século III¹ e os primórdios do século

¹ A não ser que seja apresentada indicação contrária, todas as datas apresentadas são pertencentes à Era de Cristo (d.C.).

VII, marcou todo o mundo mediterrânico. Desde lutas internas pelo controlo do poder a campanhas que se estenderam dos Pilares de Hércules até à Mesopotâmia contra uma miríade de inimigos, as forças militares romanas evoluíram, transformaram-se e, em alguns casos, depuseram os seus próprios imperadores. Tal como as instituições e o próprio Império se alteraram, também a arte militar foi submetida a mudanças que influenciaram completamente a orgânica e o funcionamento dos exércitos imperiais. O legionário romano, munido do gládio hispânico e da *lorica segmentata*, que combateu contra celtas e germanos, deu lugar ao cavaleiro munido de lança ou arco e flecha, cujos principais inimigos eram os eternos persas, ou as tribos da estepe, sediadas nos Balcãs.

Durante os séculos IV e V, as legiões romanas viram-se reduzidas em tamanho e a tónica foi colocada na sua mobilidade, tornando, de forma progressiva e gradual, a cavalaria na principal força ofensiva. A conquista deu lugar à defesa. Foi nesta conjuntura que, pela primeira vez, através do imperador Diocleciano, surgiu a distinção entre dois modelos militares romanos: um a Ocidente, com sede em Roma, e outro a Oriente, cujo centro nevrálgico se encontrava em Constantinopla. Enquanto o primeiro, enfraquecido pela instabilidade política que se fazia sentir em Roma, entrou lentamente em declínio, culminando na queda do Império Romano do Ocidente em 476, o segundo modelo prevaleceu e, superando o desaparecimento do seu congénere ocidental, metamorfoseou-se naquilo que daria origem, já no século VII, ao paradigma militar bizantino.

Paralelamente, o modo de pensar a guerra foi, por sua vez, também alvo de alterações, aspeto este que se encontra patente na composição de diversos compêndios relativos à arte militar. Durante a Antiguidade Clássica, a teorização da guerra foi realizada por diversos autores, desde Eneias o *Tático*, no século IV a.C., até Flávio Vegécio Renato, no dealbar do século V. Após a queda de Ravena, em 476, a Antiguidade Tardia testemunhou um renovado interesse pelos manuais militares. Apesar dos trabalhos dos “autores antigos” continuarem a ser lidos, o século VI constitui um renascimento da produção literária militar, através de nomes como Urbício e Maurício. Este último foi responsável, segundo Salvatore Cosentino, pelo mais famoso tratado bizantino relativo à arte militar: o *Stratēgikón*². Composto entre os finais do século VI e os inícios do século VII, este manual aborda todos os aspetos relacionados com a guerra terrestre (estratégia, cavalaria, organização militar, infantaria, cercos, táticas, como lidar com povos inimigos) e, para além de reunir a sabedoria e práticas militares proto-bizantinas, encontra-se na base de toda a tratadística bélica que se lhe seguiu³.

O estudo do próprio *Stratēgikón*, bem como o de todo o processo evolutivo dos exércitos romano-bizantinos da Antiguidade Tardia, constituem o principal objetivo da presente obra. À exceção da obra *O Sangue de Bizâncio. Ascensão e Queda do Império Romano do*

² COSENTINO, Salvatore, “Writing about War in Byzantium” in *Revista de História das Ideias*, volume 30, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 83-99.

³ KAEGI, Walter Emil, *Some Thoughts on Byzantine Military Strategy*, Brookline, Hellenic College Press, 1983.

Ocidente, dirigida por João Gouveia Monteiro⁴, da dissertação de mestrado apresentada por João Rafael Gorgulho Nisa, em 2016, *A Arte Militar Bizantina: o Tratado de Velitatione Bellica (Séc. X)*⁵, bem como das dissertações de mestrado, apresentadas em 2018, por João Paiva, *Como “Navegar” a Guerra. Análise e Comentário do tratado militar Taktiká de Leão VI (século X)*⁶, Rodrigo Gomes, *A Escrita da guerra na Antiguidade e em Bizâncio: O De Re Strategica de Siriano Magistros (sécs. IX/X)*⁷, a par da nossa própria (tendo as quatro sido apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra no âmbito do Mestrado Interuniversitário em História Militar), a história do império bizantino, e em especial a sua componente militar, configura uma área quase inexistente no seio da historiografia portuguesa. Esta realidade contrasta fortemente com o atual panorama historiográfico internacional⁸.

⁴ Vide MONTEIRO, João Gouveia (dir.) *O Sangue de Bizâncio. Ascensão e queda do Império Romano do Oriente*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

⁵ NISA, João Rafael G., *A Arte Militar Bizantina: o Tratado De Velitatione Bellica (Séc. X)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Dissertação de Mestrado, 2016.

⁶ PAIVA, João, *Como “Navegar” a Guerra. Análise e Comentário do tratado militar Taktiká de Leão VI (século X)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Dissertação de Mestrado, 2018.

⁷ GOMES, Rodrigo, *A Escrita da guerra na Antiguidade e em Bizâncio: O De Re Strategica de Siriano Magistros (sécs. IX/X)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Dissertação de Mestrado, 2018.

⁸ Em 1948 foi estabelecida a Association Internationale des Études Byzantines (AIEB), destinada à coordenação de diversos projetos de investigação na área da história bizantina, a qual conta com o apoio de inúmeros investigadores, oriundos de grande parte dos países europeus e dos Estados Unidos da América. Entre os diversos projetos empreendidos pela AIEB, devemos destacar aquele denominado *Corpus Fontium Historiae Byzantinae*, cujo principal intento consiste na compilação, tradução e estudo das principais fontes históricas bizantinas e na sua disponibilização à comunidade historiográfica internacional.

Do ponto de vista estrutural, este trabalho encontra-se dividido em três principais momentos: um primeiro, de índole expositiva; e um segundo e terceiro, de natureza crítica. Em relação ao primeiro, intitulado “O exército romano na Antiguidade Tardia”, o nosso principal objetivo foi explicitar os principais traços evolutivos que conduziram à criação dos paradigmas militares proto-bizantinos do século VI, através de uma subdivisão correspondente aos períodos por nós considerados como de maior importância para o dito processo. Assim sendo, após uma breve apresentação do exército romano (da sua criação até ao início do período contemplado neste trabalho), optámos por iniciar a nossa investigação a partir do ano em que Diocleciano foi aclamado imperador (284). Escolhemos esta data pois, apesar de a historiografia bizantina se encontrar repleta de autores que apontam o momento (em 330) em que Constantino I reconstruiu a antiga cidade grega de Bizâncio e a rebatizou em seu nome (Constantinopla) como ponto de partida para a história do Império Bizantino, considerámos ser mais oportuno recuar até ao momento em que ocorreu, pela primeira vez, uma distinção entre dois modelos militares romanos (um a Ocidente e outro a Oriente), com a divisão do Império Romano e a consequente criação do regime político da “Diarquia Imperial”, promovidos por Diocleciano, em 285. Devido aos acontecimentos político-militares que se sucederam nas primeiras décadas do século IV, optámos por englobar no mesmo ponto os principados de Diocleciano e de Constantino I, uma vez que considerámos este período como crucial no que à orgânica e orientação dos exércitos romanos diz respeito.

O segundo ponto da nossa primeira parte centra-se, sobretudo, nos principais aspectos político-militares que se sucederam entre a morte de Constantino I e a derrota romana, às mãos dos Godos, em Adrianopla (378). Para o efeito, apresentamos uma breve síntese dos conflitos civis que ocorreram entre os filhos de Constantino, bem como uma exposição relativa às campanhas de Juliano, o *Apóstata*, e do seu sucessor, Joviano, contra a Pérsia. Por fim, concluímos esta subdivisão com uma passagem pelos governos de Valentiniano e de Valente, com uma explanação relativa à batalha de Adrianopla e às consequências que daí resultaram.

De seguida, porém ainda englobada na primeira parte, escolhemos uma cronologia situada após a proclamação de Teodósio como imperador (379) e a morte de Zenão I, em 491, onde nos referimos aos principais acontecimentos político-militares que ocorreram durante o século V: o primeiro saque de Roma (410); a batalha dos Campos Cataláunicos (451); a queda do Império Romano do Ocidente (476); e as principais revoltas que ocorreram durante o reinado de Zenão I, nos inícios do terceiro quartel do século VI.

Como é possível constatar em grande parte da historiografia, o ano de 476 é utilizado como o principal marco cronológico para identificar o fim do Império Romano (do Ocidente) e o início do Império Bizantino. Sendo que o principal propósito do presente estudo se relaciona com o exército bizantino, considerámos o ano de 491 (data da aclamação de Anastácio I como imperador) como o momento decisivo para a viragem das dinâmicas orientadoras dos exércitos imperiais. Decidimos englobar também, neste capítulo, os principais marcos